



III SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS - URBFAVELAS
Salvador - BA - Brasil

INTERVENÇÕES URBANAS EM ESPAÇOS MARGINALIZADOS E HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL: NOVAS PROPOSIÇÕES TIPOLOGICAS PARA O PROJETO DE URBANIZAÇÃO DO MORRO DAS PEDRAS, EM BELO HORIZONTE/MG.

Alice Beatriz de Medeiros e Castro (Newton Paiva) - alice.medeiros.castro@gmail.com

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário Newton Paiva; Extensionista do programa de Iniciação Científica da Newton.

Cláudia Teresa Pereira Pires (Newton Paiva) - ctpires1@gmail.com

Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo - Faculdades Metodistas Izabela Hendrix (1992), Especialista em Urbanismo (1996) EAU-UFMG, e Plan. Arquitetônico pela PUCMinas (1996), mestrado em Planejamento Urbano e Regional pela UFMG



DESAFIO

Estudo de

1. INTRODUÇÃO

A rápida urbanização de Belo Horizonte resultou em incongruências urbanas. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a cidade está distribuída entre 215 vilas, favelas e outros assentamentos. Nesse contexto, a atual política urbana da cidade se expressa por meio de um programa denominado Vila Viva. Explicitando o histórico de atuação de programas precursoras, visa-se a identificação dos principais desafios e a implementação de uma abordagem local – Morro das Pedras, em Belo Horizonte – por meio de um programa (sujeito passivo) e do setor público (sujeito ativo).



INTERVENÇÕES URBANAS EM ESPAÇOS MARGINALIZADOS E HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL: novas proposições tipológicas para o projeto de urbanização do Morro das Pedras, em Belo Horizonte/MG.

RESUMO:

Este trabalho tem como objeto de estudo os desafios da urbanização e produção habitacional brasileira no decorrer do tempo até a atualidade, a partir da análise das políticas públicas voltadas à temática, bem como suas formas de materialização através de modelos de intervenção em assentamentos subnormais. Como objeto de estudo empírico têm-se o Programa Vila Viva, que reflete a atual política habitacional na capital mineira: Belo Horizonte. O estudo analítico dessa política – sob uma perspectiva da comunidade ali residente – assinala para a necessidade de se estudar formas alternativas de produzir o espaço urbano, a partir da adoção de medidas flexíveis em contraposição ao modelo hoje polarizado. A confluência das experiências adquiridas a partir da implementação desse programa – tanto por parte do poder público, quanto por parte da comunidade – culmina em novas hipóteses para intervenção urbana na área de estudo: Aglomerado Morro das Pedras. Apesar de aferir os pontos negativos do programa, esse breve estudo de caso, visa acrescer – sob uma perspectiva acadêmica e da análise da intervenção de projeto de urbanização sobre o território – aos demais estudos já desenvolvidos sobre a região. Assim, não se busca uma espécie de solução definitiva para o tema em debate, visto a complexidade que isso representa, porém provoca-se com este artigo, trazer uma nova proposição.

Palavras-chave: Urbanização. Favelas. Habitação.

ST – 1: “Projeto, Processo, Superação de Limitações”.



1 INTRODUÇÃO

O expressivo adensamento populacional ocorrido nos grandes centros urbanos brasileiros (sobretudo na década de 50), é caracterizado, por sua rápida consolidação, o que assinala para a conformação de espaços segregados e marcados pela estratificação socioespacial e deficiência infra estrutural, principalmente no que se refere à oferta de equipamentos urbanos básicos (BAENINGER, 2010).

A rápida urbanização de Belo Horizonte resultou em um cenário desencadeado de estratificação socioespacial, e incongruências urbanas. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 20% da população belo-horizontina estão distribuídas entre 215 vilas, favelas e outros assentamentos precários e informais catalogados (IBGE, 2010). Sob esse contexto, a atual política urbana da cidade se expressa, dentre outras formas, através do projeto de reurbanização denominado Vila Viva. Explicitando o histórico de atuação desse programa, bem como as políticas habitacionais e urbanas precursoras, visa-se a identificação dos principais desafios para a implementação desse tipo de projeto intervencionista, sob uma abordagem local – Morro das Pedras, em Belo Horizonte/MG – numa perspectiva do receptor das propostas do programa (sujeito passivo) e do setor público (sujeito ativo).

Sob uma ótica social, o estudo ressalta as confluências existentes entre os setores público e privado no contexto da política municipal de habitação popular, e os demais conflitos instaurados durante o planejamento e gestão de projetos de reurbanização, que segundo Carvalho (2010), “ilustra o conflito entre Estado e sociedade civil” (CARVALHO, 2010, p.6). Não se restringindo, entretanto, à uma base teórica, o estudo – que também não se restringe à uma questão tipológica – visa a elaboração de um plano específico para a área objeto de estudo (Morro das Pedras/MG) que norteará novas proposições urbanas e arquitetônicas para a região. Ao se contrapor ao atual plano de reurbanização da vila, transforma-se as deficiências do modelo, e potencializa-se suas características positivas.

É importante salientar que não se busca, através deste trabalho, realizar uma etnografia completa do local. Em contrapartida, a idealização de propostas projetuais condizentes com o contexto da região objeto de estudo, e viáveis no âmbito social, ambiental, jurídico e técnico, torna-se o principal objetivo deste trabalho. A importância destas discussões, que abordam tanto uma questão tipológica quanto urbana, reafirma o sentido interdisciplinar da moradia



social, que, ao chegar à periferia, denuncia as carências por estrutura urbana, num novo contexto mundial que define o desenho das cidades, e assinala para a importância de criar-se proposições flexíveis que atendam às reais necessidades desses locais, que estão para além do objeto regulatório, e conformam um espaço com diferentes dinâmicas (CASTRO, 2017).

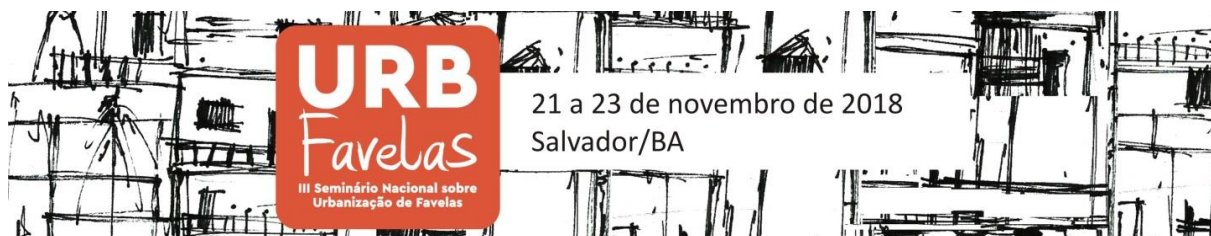
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a compreensão e análise dos impactos gerados em um processo de urbanização, utiliza-se a pesquisa bibliográfica, como recurso metodológico norteador. Essa etapa, que reconhece a interdisciplinaridade como objeto imprescindível para a produção acadêmica, têm a sua base em alguns princípios fundamentais da Geografia, morfologia e urbanismo, desenvolvidos por autores clássicos como Engels (1988), Lefebvre (1986) e Lynch (1960). Em um segundo momento, estuda-se a conformação dos espaços urbanos característicos do Brasil, e a origem dos assentamentos humanos de alta densidade, e os diversos desafios urbanos gerados a partir desse processo. A partir desse contexto, destaca-se a questão do déficit de moradia brasileiro, e a origem da habitação de interesse social no Brasil, tomando como referência os estudos de Bonduki (2004). No contexto de Belo Horizonte, em especial ao tema, o enfoque dado está na literatura sobre urbanização de favelas e no programa implementado na região do Morro das Pedras, através do PGE – Plano Global Específico seguido de intervenções do Vila Viva, área precária localizada na porção Oeste da capital mineira. Essa fase, constitui toda a fundamentação teórica e prática que irá subsidiar o processo de elaboração de novas propostas. A fundamentação prática se deu por visitas à área e análise de extensa literatura sobre o tema.

3 O ESTUDO DE CASO

O objetivo do trabalho foi identificar os principais desafios da política de urbanização da Prefeitura de Belo Horizonte até os anos 2000 sob a ótica do Programa Vila Viva no que tange ao atendimento das necessidades reais da população afetada pelo programa. Para isso, estuda-se o histórico das políticas urbanas na cidade até o momento de implementação do Programa no Aglomerado Morro das Pedras.

A motivação para a análise foi a atual política habitacional da cidade que tem como principal diretriz a promoção do acesso à terra e à moradia digna, com prioridade para o atendimento



das famílias de baixa renda (SMH, 2001). Para isso, as intervenções urbanas estruturam-se em dois eixos principais: I) Intervenção em assentamentos existentes – favelas – de forma a ampliar o acesso à qualidade de vida urbana através da melhoria da habitabilidade no contexto desses assentamentos; II) Produção de novos assentamentos destinados à população sem-casa, bem como às demandas inerentes aos processos de urbanização necessários.

Essas ações no âmbito da urbanização e produção habitacional, necessitam de planejamento integrado entre o Poder público e a sociedade civil organizada, no contexto da favela. Para isso, a política habitacional de Belo Horizonte esteve norteada por um Plano Global Específico (PGE), elaborado, separadamente, para cada região de atuação. Neste contexto, feita a análise inicial calcada no programa, apresenta-se o contraponto através de uma proposta submetida como pesquisa para o trabalho final de graduação, onde as premissas do projeto inicial são questionadas.

3.1 O PGE: INTRODUÇÃO AO PLANO

O PGE – Plano Global Específico – oficializado pela Lei Municipal 8137/2000, destina-se ao diagnóstico integrado da realidade das vilas e favelas da cidade de Belo Horizonte. Através do estudo aprofundado de cada uma delas (CASTRO, 2017).

Conforme a SMH (2001), através da elaboração do Plano Global, objetiva-se a criação de “uma fonte de referência no contexto de uma política de investimentos progressivos” de forma a orientar não só as ações do Poder Público, como também das comunidades das favelas integrantes do plano. Dessa forma, o Plano aponta soluções para a transformação urbana da favela e define ações prioritárias para a execução do programa, sob a ótica da (o): I) recuperação urbanístico-ambiental; II) regularização fundiária; e III) desenvolvimento sócio organizativo em cada assentamento (SMH, 2001 p. 159).

Assim, o Plano estrutura-se, estrategicamente, pelo levantamento de dados; diagnóstico da região; elaboração das propostas de intervenção; e definição de prioridades. Cada uma dessas etapas é desenvolvida, impreterivelmente, sob uma perspectiva físico-ambiental, sócio organizativa e jurídico-fundiária, com vistas à consolidação de um diagnóstico integrado (MOTTA, 2009).



Segundo Castro (2017) “a prévia delineação, por parte do próprio poder público, de quais aspectos devem ser analisados e contemplados pelo estudo impede o aprofundamento em outras questões pertinentes e cabíveis ao cotidiano da comunidade na qual se instaura o Plano” (CASTRO, 2017, p.17).

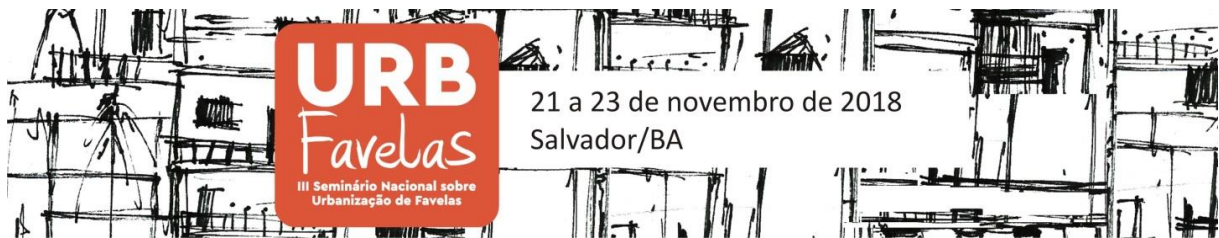
Assim, verifica-se para além dos impactos sociais causados pela intervenção urbana, certa dificuldade, por parte do governo local, para a implementação de um plano mais coerente com o perfil da região.

Sob uma ótica funcional, a instituição do PGE como requisito obrigatório para a elaboração de qualquer tipo de intervenção estrutural no contexto da favela, assinala para a participação social em sua etapa introdutória, que se consiste na captação de recursos financeiros para subsidiar a elaboração do plano. Nesse contexto, as comunidades interessadas pela obtenção desses estudos, devem subsidiá-los através dos recursos obtidos pelo Orçamento Público Participativo (OPP). Nesse sentido, coloca-se em pauta as limitações desse processo que restringe o orçamento do PGE aos valores do Orçamento Participativo bem como aos outros processos relacionados à sua obtenção. Assim, qualquer impedimento relacionado ao OPP, interfere de forma direta no alcance do Plano Específico para a região (CASTRO, 2017, p.17). Ainda sob uma ótica organizacional, observa-se que a elaboração de todo o Plano é incumbido ao setor privado. Nesse sentido apreende-se que a terceirização do plano, confere uma relação menos intimista com a comunidade e com o contexto de Belo Horizonte.

Em relação aos processos participativos do Plano – assegurados pela Lei Municipal 8137/00 – observa-se que: “No caso do PGE, a mesma lei que traz como objeto imprescindível a participação popular, é aquela que dispõe sobre como esse processo participativo deve realmente ocorrer” (CASTRO, 2017, p.17). Nesse sentido, Motta (2009) afirma que:

Em cada vila ou favela é constituído um Grupo de Referência (GR), instituído em Lei e composto, basicamente, pelas lideranças locais. O pressuposto aqui é de que há um grupo mais apto para fornecer e obter informações. Assim, o governo não precisa dizer não à participação, mas deixa que ela aconteça de maneira a garantir a regulação da população. (MOTTA, 2009, p. 136).

Entretanto, nota-se que o nível de participação e empoderamento social em cada região relaciona-se fortemente com suas especificidades. Os diversos fatores que influenciam os processos participativos culminam em comunidades mais e/ou menos propositivas.



Ainda segundo a Supervisora “o diálogo com a comunidade torna-se deficitário à medida que surge a dificuldade de entendimento do que está sendo discutido e proposto.

Por outro lado, é válido lembrar que, uma vez financiado pelo Programa Nacional de Aceleração do Crescimento (PAC), o projeto deve, obrigatoriamente, produzir resultados que causem impactos positivos à nível econômico. Sobre essa política, Motta (2009) apreende que: “Além dos critérios e metas, esses órgãos financiadores operam numa lógica que privilegia os resultados, sobretudo quantitativos” (MOTTA, 2009. p. 42).

O tempo gasto desde a elaboração do Plano até sua execução é também um empecilho. Estima-se que esse processo ocorra num intervalo entre três e quatro anos, após o primeiro contato com a comunidade.

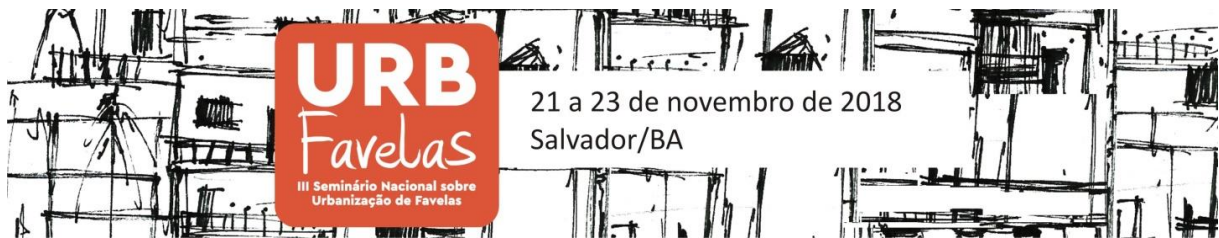
Para isso, foi necessário um investimento de cerca de 572 milhões – concedidos pelo PAC e pelos financiamentos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Social e da Caixa Econômica Federal – para a execução de todos os Planos Globais até então elaborados (CASTRO, 2017, p.17).

3.2 BREVE INTRODUÇÃO AO PROGRAMA VILA VIVA

Idealizado em meados da década de 90, o programa Vila Viva – que utiliza como instrumento o Plano Global Específico, acima apresentado – é tido como modelo de intervenções urbanas em áreas periféricas. Objetiva-se através desse programa a promoção da qualidade de vida em assentamentos precários e irregulares, a partir de ações de urbanização como reestruturação de vias de circulação e do sistema viário, eliminação de risco geológico, remanejamento das famílias alocadas em áreas de risco, implantação de áreas livres para uso público bem como a regularização de domicílios (URBEL, 2008). Para isso, o programa é fundamentado em três fases: Planejamento (PGE), execução e monitoramento.

3.3 VILA VIVA MORRO DAS PEDRAS

Discute-se a possibilidade de inserção de propostas “que se remetam para além das intervenções ‘higienizadoras’ e reprodutoras da ordem excludente da cidade formal” de forma a atingir-se o campo da cultura, que aponta para um conjunto de práticas integradas que



disciplinam a lógica espacial urbana e a dinâmica social da favela (PGE MORRO DAS PEDRAS, 2004, p.157).

Sob essa ótica é que se preconizam as propostas de intervenção urbana implementadas na capital, a partir dos anos 2000. Para a subversão dos conceitos até então praticados pela política habitacional de Belo Horizonte, em seu novo plano, aponta-se para a necessidade de: I) Construção de uma nova ótica a respeito dos processos de intervenção urbana já ocorridos; bem como de sua abordagem técnica, em busca da “transdisciplinaridade demandada pela abordagem ampliada, plural e diversa” (URBEL, 2004, p.157); II) Reconhecimento da transitividade entre o universo da favela e da cidade formal, através da explicitação do que é característico de cada um desses locais, que construídos a partir de diferentes dinâmicas, conformam espaços com diferentes centralidades; III) Promoção de processos autogestionados no interior da favela, através da redução de agentes externos e consolidação de novas estruturas de gestão.

Sob essa abordagem, objetivava-se, através das intervenções propostas a promoção das ações necessárias à urbanização, sem deixar de “considerar e resguardar, sempre que possível a organização espacial e as formas de ocupação existentes” (PGE MORRO DAS PEDRAS, 2004, p.157).

3.4 O MORRO DAS PEDRAS: DADOS INTRODUTÓRIOS

3.4.1 LOCALIZAÇÃO

O aglomerado situa-se na porção oeste da cidade de Belo Horizonte, nas proximidades dos bairros Jardim América, Gutierrez, Grajaú, Nova Granada, Estoril e Jardim América. O perímetro do aglomerado estrutura-se em dois principais eixos, com predominância de edificações comerciais – Avenidas Raja Gabaglia e Barão Homem de Melo – ao leste e oeste. Essa conformação define fronteiras e limites entre o aglomerado e seu entorno. Como eixo de acesso ao limite norte do aglomerado estabelece-se a avenida Silva Lobo. Assim, sua área de implantação define-se, basicamente, por uma poligonal delimitada por essas avenidas.

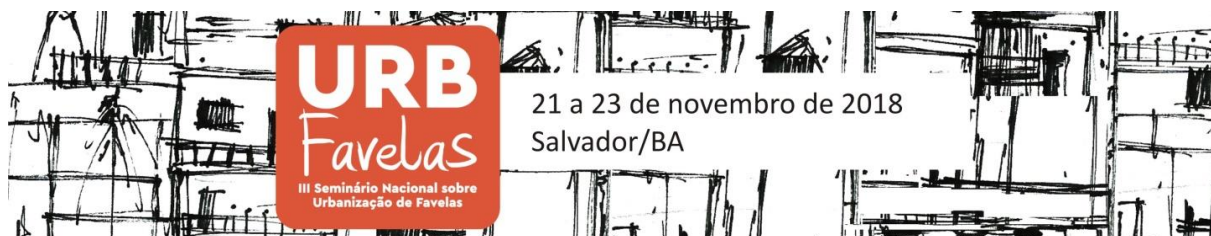
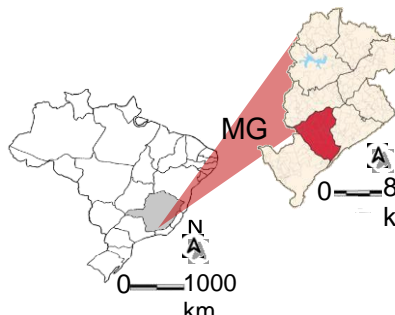


Figura 01: Localização do aglomerado



Fonte: PGE Morro das Pedras, 2001 (adaptação da autora).

3.4.2 BREVE HISTÓRICO DO AGLOMERADO

A história do aglomerado – uma das favelas mais antigas de Belo Horizonte – tem seu início na década de 20, com o deslocamento gradual dos antigos moradores da favela do Barroca, que se localizava na região centro-sul de Belo Horizonte. Essa dispersão foi provocada pelo crescimento da especulação imobiliária no local.

A partir da década de 90, é que o aglomerado, já consolidado como espaço irregular torna-se alvo de algumas ações pontuais do poder público, através do Decreto 0027/1936 que prevê o aforamento de terrenos para operários, bem como a concessão provisória de lotes para indigentes (BRASIL, 1994). Em 2008, o assentamento passa a lidar com as intervenções propostas pelo programa Vila Viva para a região. Formado pela integração de 5 vilas o Morro das Pedras possui uma área de cerca de 871 mil m² com quase 20mil habitantes e 5117 residências, sendo que cerca de 75% estão em situação irregular (URBEL, 2008).

3.4.3 PGE MORRO DAS PEDRAS

Sob os eixos social, urbanístico ambiental e jurídico, a proposta visa consolidar a identidade do Aglomerado, a caminho desse desenvolvimento autossustentável. Assim, a estratégia se desenvolve sob uma perspectiva exequível, ou seja, compatível com a dinâmica da comunidade e com sua realidade física e social.

A partir dos três principais eixos de atuação (social, físico-ambiental e jurídico) têm-se: I) Aspecto social: Erradicação de áreas de risco e insalubridade; Reassentamento das famílias envolvidas; Implementação de equipamentos comunitários; Incremento da organização



política. II) Aspecto Físico-ambiental: Criação de parques nas áreas impróprias para habitação; revitalização do Parque Ecológico; definição dos limites do Aglomerado; reestruturação do sistema viário; articulação dos sistemas de esgoto e coleta de lixo. III) Aspecto jurídico: regularização de área particular ocupada; revisão do zoneamento; e redefinição do perímetro de ZEIS.

Pode-se verificar o alto impacto das propostas apresentadas na estrutura física e social de toda a favela, através da abertura de vias extensas e largas, bem como a ampliação da malha viária existente. A tabela abaixo, apresenta, em números, a escala do impacto gerado a partir das remoções:

Tabela 01: Número de remoções e unidades habitacionais produzidas

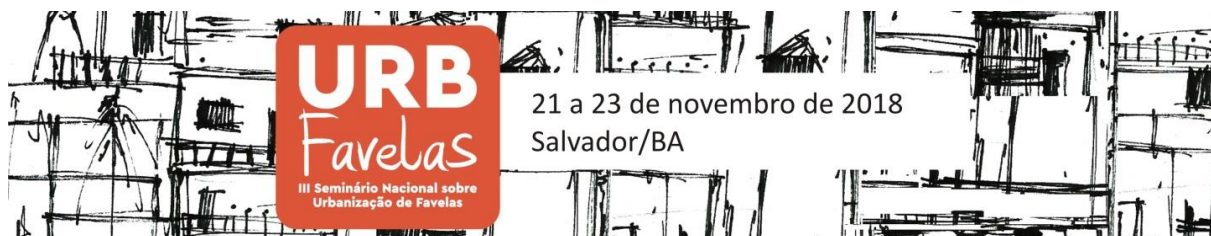
REMOÇÕES	UNIDADES HABITACIONAIS
1423	728

Fonte: URBEL, 2004 (adaptação da autora).

No caso específico do Plano elaborado para o local objeto de estudo, mesmo diante do nível de impacto previsto pelas propostas, não houve a apresentação de uma segunda opção projetual, que causasse menor impacto, ou ainda, o mínimo de impacto possível nos eixos de atuação do programa (físico, jurídico e sócio organizativo).

Apesar de seu discurso integrador, a política habitacional refletida pelo Plano “expõe a inaplicabilidade dos conceitos utópicos do direito à cidade, no contexto da favela.” (CASTRO, 2017, p. 19).

O projeto que propõe a regularização do espaço e a consolidação de sua identidade, esgota-se nesses aspectos. Nesse contexto, não se considera questões como geração e/ou aumento da renda familiar, ou como as relações sociais/ dinâmicas características daquele ambiente. Sob uma ótica prática, o processo de remoção e remanejamento, representa, para as famílias uma ruptura simbolizada pela perda que representa o ato de deixar suas moradias – mesmo que em situações de alto risco e precárias. Nesse sentido, acredita-se que as famílias diretamente impactadas pelo processo de remoção, precisam entender os benefícios gerados, a curto e longo prazo, e mais que isso, concordar com toda a intervenção em prol desse benefício.



Ainda sob o contexto de inserção do projeto no aglomerado, Carvalho (2010) evidencia os processos de especulação imobiliária dentro da favela, ocasionados “por meio do sistema de tributação sobre a propriedade ou pelo valor de troca dos apartamentos” (CARVALHO, 2010, p.8).

Nesse sentido, Carvalho (2010) afirma ainda que a estética do local será modificada de forma abrupta, entretanto, outros serviços como coleta de lixo e transporte coletivo, pouco será feito. Por outro lado, “mensurar o avanço desse tipo de espaço, em termos territoriais, se torna muito difícil, visto o rápido incremento populacional e habitacional nos ambientes periféricos” (CARVALHO, 2010, p.8).

Conforme assinala a Geóloga da URBEL, Angélica Soares, nesse contexto, até mesmo a definição de novas ZEIS apresenta-se como um processo que não condiz com a rápida dinâmica do espaço. Sob essa ótica, até mesmo a elaboração do próprio Plano Global para intervenções no aglomerado torna-se incongruente, à medida que sua elaboração e aprovação pelo setor público demanda muito tempo (URBEL, 2017)¹.

4 NOVAS PROPOSIÇÕES - O CONTRAPONTO À SOLUÇÃO DO PGE AGLOMERADO MORRO DAS PEDRAS

A proposta de intervenção urbana visa não apenas a universalização dos serviços e equipamentos públicos, mas também a manutenção dos padrões pertinentes à vida prática que esse espaço configura.

Assim, o projeto de urbanização pauta-se no respeito das preexistências do local, expandindo para além dos limites do aglomerado, a consciência gregária contida, principalmente nesse tipo de lugar.

Sob essa perspectiva, ressalta-se que a proposta aqui apresentada busca a menor escala de impacto social, urbanístico e ambiental, de forma a confrontar os moldes anteriormente instaurados, em busca de soluções que proporcionem um nível de benefícios próximo ao alcançado pelo programa, porém, de forma menos impactante no cenário da favela Morro das Pedras. O projeto submetido como de conclusão de curso tentará fazer este contraponto.

¹ Entrevista realizada com Vera Lima, Supervisora de Planos Urbanísticos da URBEL (SUPL-UB), 2017.



4.1 NOVO PLANO: CIDADES RADICAIS, SOLUÇÕES RADICAIS

A partir dos pontos apreendidos pelas etapas de análise empírica – estudo de caso – e de levantamento de dados físico ambientais e sócio organizativos do Aglomerado, a proposta se compila nas seguintes diretrizes para intervenção:

I) Menor número de remoções/ menor impacto para o aglomerado, a partir de uma abordagem prática que considere o cotidiano de seus moradores; nesse sentido, faz-se secundária a necessidade de abertura de vias com pavimentação asfáltica por todo o aglomerado; sob essa ótica, a proposta busca aproximar-se dos benefícios alcançados pelo programa implementado pela prefeitura, com a adoção de medidas diferenciadas e inovadoras. Em outras palavras, visa-se obter os mesmos ganhos, a partir de medidas menos impactantes, mais sustentáveis e mais condizentes com a dinâmica da comunidade;

Como já visto, a região possui ligação com importantes vias arteriais, como a Raja Gabaglia e a Barão Homem de Melo. Assim, prima-se a ligação entre essas vias e o aglomerado, de forma a criar-se pontos nevrálgicos significativos e de fácil leitura. Para isso, estima-se a consolidação de uma referência/marco urbano, que traspasse a função de mobilidade. Essa referência urbana se dará através da adoção de uma faixa de mobilidade linear, que atravesse o aglomerado de um ponto ao outro. Como já visto na fase de levantamentos, os setores Norte e Sul do Aglomerado, não possuíam conexões legíveis, o que dificultava ainda mais a mobilidade em seu interior. Ainda na fase de pesquisa amostral, verificou-se, entretanto que a maior parte das famílias não possuem automóvel, tampouco renda per capita que possibilite tal aquisição.

O cruzamento desses dados aponta para uma solução integrada, que contemple a mobilidade no interior do Aglomerado, a conexão com o exterior a partir de referências estratégicas, capazes de distribuir o fluxo de dentro para fora do complexo – no caso as avenidas Raja Gabaglia e Barão Homem de Melo – a sustentabilidade ambiental e social, sob uma perspectiva do usuário. Todos esses aspectos somados à diretriz norteadora de menor impacto, e às características físicas e jurídicas do local assinalam para:

I.I) Implementação de uma faixa de mobilidade e parque linear no decorrer da linha de transmissão da CEMIG, viabilizada a partir de uma parceria público privada – no projeto executado pela prefeitura, a faixa não edificável, aqui estabelecida, cedeu espaço para a

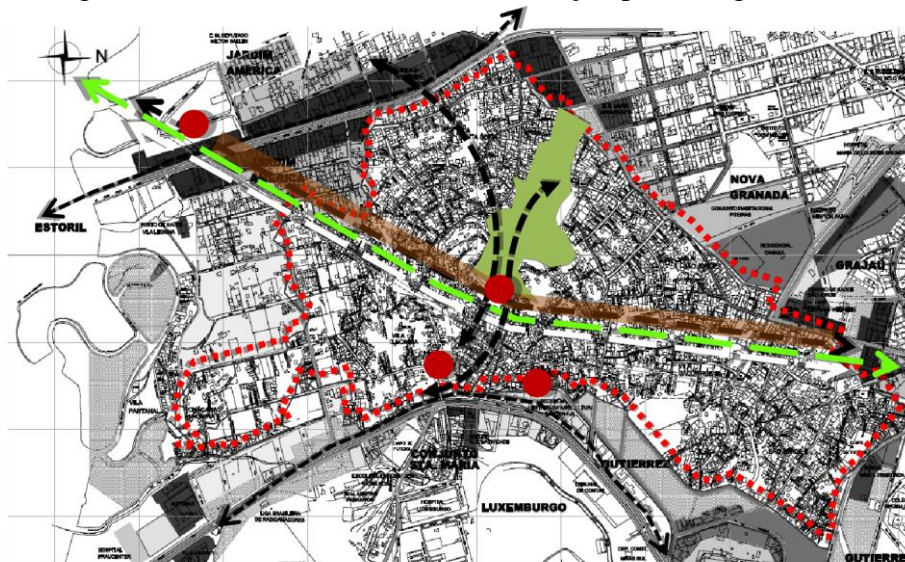


implementação de vias de grande porte, o que aponta para certa flexibilidade da Companhia para se trabalhar nessas áreas, a partir de uma abordagem que integra a dinâmica real desse tipo de espaço – Nesse sentido, McGuirk (2015) em seu livro “Radical cities: across latin america in search of a new architecture”. Nessa obra, o autor afirma que:

Aqui, no continente mais urbanizado do planeta, as cidades extremas criaram condições extremas, desde vastas propriedades habitacionais até favelas. Mas depois de décadas de fracasso social e político, uma nova geração busca revitalizar a arquitetura e o design urbano, a fim de abordar a pobreza e a desigualdade persistentes (MCGUIRK, 2015, p. 3, traduzido).

No perímetro da faixa de mobilidade assinala-se I) a viabilidade de implementação das unidades habitacionais destinadas ao remanejamento, de forma a evitar-se um grande deslocamento das famílias removidas da faixa não edificável, e ao mesmo tempo, reduzir o número de residências removidas, a partir do aproveitamento da estrutura ali instaurada; II) a viabilidade de implementação de edificações de uso comercial; esta última medida, atende às diretrizes II e III, como será mostrado.

Figura 02: Diretrizes básicas de intervenção para o Aglomerado



Fonte: acervo pessoal, 2018.

II) Oportunidade de crescimento econômico contínuo: Um dos pontos aferidos pelo estudo de caso está relacionado à estagnação econômica da região, mesmo após a implementação do programa. Uma vez que não houve fortes indicadores de melhorias nesse aspecto, estrutura-se a proposta para além da oferta de equipamentos voltados à capacitação profissional e apoio



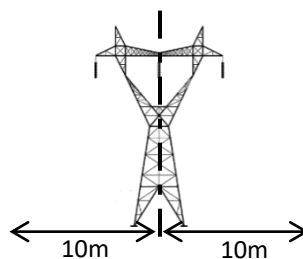
social. Estima-se também a criação de espaços comerciais interligados às novas unidades habitacionais, e à faixa de mobilidade, o que além de propulsionar a economia local, atende a parte da demanda de comércios e serviços do local, apreendida durante a fase de pesquisa amostral junto à comunidade;

III) Espaços urbanos significativos: proteção ambiental convivência e historicidade; essa diretriz estrutura-se a partir da criação de portas urbanas, pontos nodais, espaços públicos intersticiais e de preservação ambiental, principalmente pela revitalização do parque ecológico do lixão, e conexão do mesmo com as demais áreas do Aglomerado, ampliação do sistema de drenagem e retaludamento de talvegues;

IV) Acessibilidade: Visando o menor impacto e menor número de remoções, a estrutura de acessibilidade aos demais pontos do Aglomerado utiliza diversos mecanismos alternativos à pavimentação asfáltica. Nesse sentido, a mobilidade interna estabelece-se a partir de passarelas, estruturas elevadas e elevadores urbanos, visto que, a maior parte da população ali residente não possui veículo automotor. Respeitando a topografia local, essa estrutura será capaz de conectar os pontos nevrálgicos, e espaços significativos edificados.

A partir das diretrizes acima relacionadas, as remoções ocorrerão apenas devido à riscos geológicos críticos, e risco de eletrificação da linha de transmissão da CEMIG (LTC), cuja área não edificável é de 10m a partir de seu eixo central, como mostra a figura a seguir:

Figura 03: Faixa não edificável da LTC



Fonte: acervo pessoal, 2018.

Dessa forma, o número de remoções estipuladas para o projeto de intervenção urbana no Aglomerado é de 670 famílias, em contraposição às 1043 remoções da URBEL. Assim, o remanejamento dessas famílias ocorrerá no próprio assentamento.

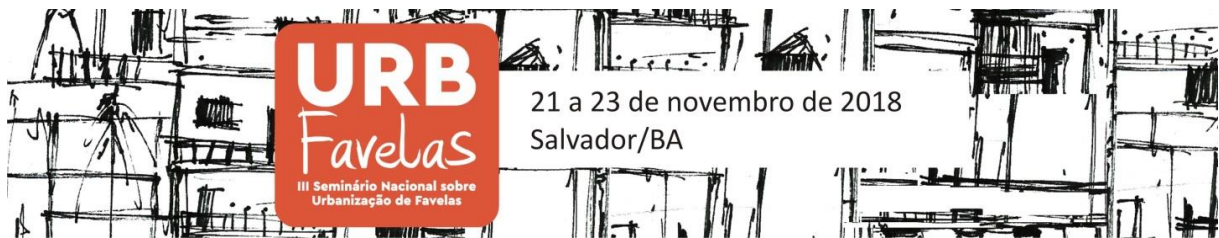


Tabela 02: Número de remoções previstas pela proposta

RAZÃO	NÚMERO DE REMOÇÕES
FAIXA DE SERVIDÃO DA CEMIG	250
CONSTRUÇÃO DAS UNIDADES HABITACIONAIS	130
RISCO GEOLÓGICO/ RETALUDAMENTO	290
TOTAL	670

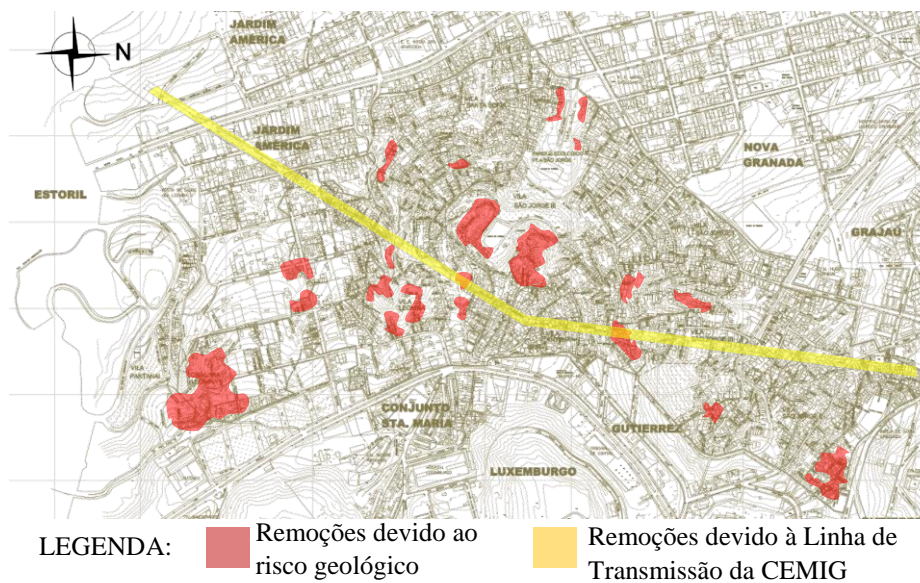
Fonte: acervo pessoal, 2018.

As demais diretrizes apresentadas apontam para a necessidade de implementação, para além das unidades habitacionais e áreas comerciais, de equipamentos intersticiais e de preservação ambiental como parques e centros comunitários de apoio à comunidade e de incentivo à cultura, educação, esporte e lazer.

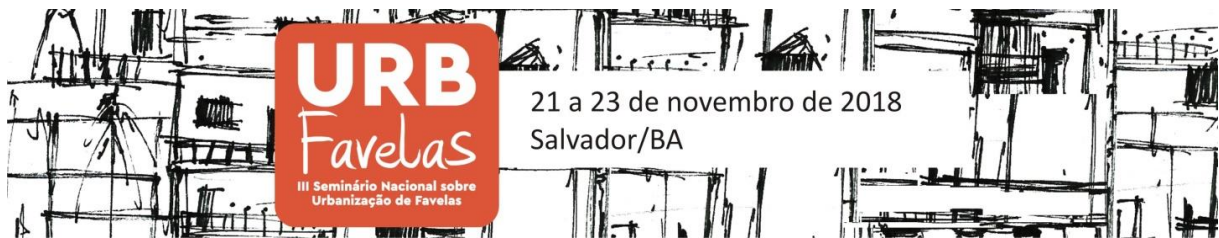
A segurança no interior do Aglomerado também foi um ponto levantado pelos moradores, principalmente em relação à Vila Leonina. Nesse sentido, a extensão do parque linear para o interior dessa vila, promove maior interlocução com as demais regiões.

A arborização e retaludamento, atrelada à iluminação adequada do trecho, por sua vez, cria um espaço agradável para permanência. A premissa aqui, é de que essas estruturas podem minimizar o índice de violência do local.

Figura 04: Mapa de remoções



Fonte: Arquivo pessoal, 2018.



4.2 PROPOSTA PARA AS UNIDADES HABITACIONAIS

A premissa do projeto é de remover e reassentar as famílias, no mesmo local de sua moradia, de forma a promover o menor impacto no cotidiano do morador.

Conforme a legislação pertinente, a edificação será de tipologia mista. A área comercial, será posicionada de forma a promover sua interlocução com o parque linear ali instaurado. A área de cada unidade habitacional excede o limite imposto pela legislação – usa-se na proposta, cerca de 59m² para cada unidade, em contraposição a área de 39m² estipulada pela lei – Essa extrapolação torna-se viável a medida que I) As remoções devidas à LTC – Linha de Transmissão da CEMIG – serão realizadas a partir de uma contrapartida financeira da CEMIG; II) Reduziu-se, a partir da proposta, o número total de remoções. Estima-se, portanto, o redirecionamento dos gastos que seriam provenientes dessas remoções.

Tabela 03: Total de UH e edificações

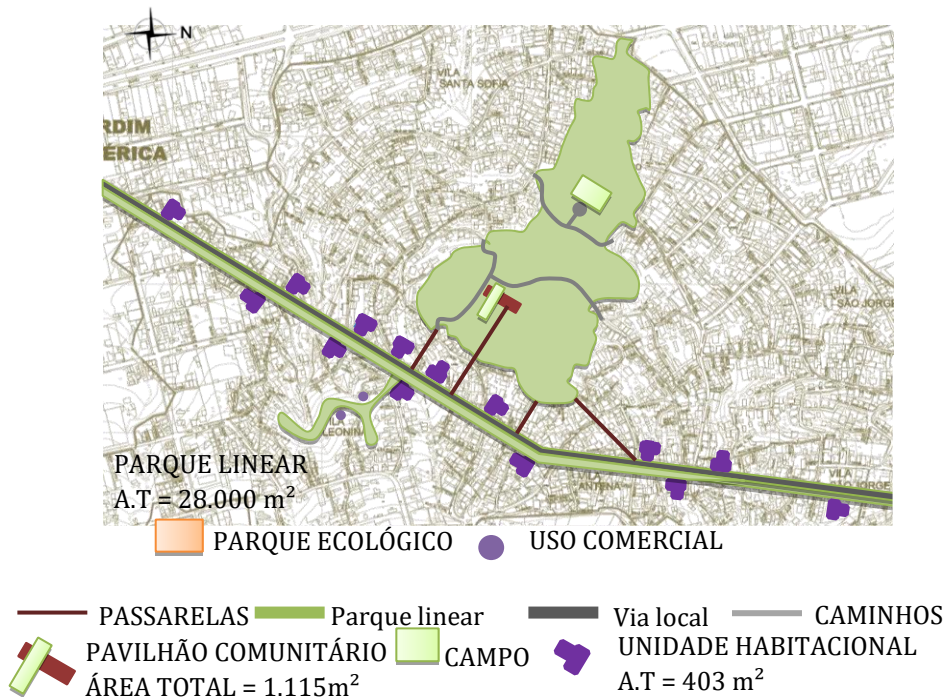
TOTAL DE EDIFICAÇÕES	TOTAL U.H
14	672
Total de U.H por edificação = 48	

Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

Como é possível observar a partir da tabela acima, serão construídas 672 UH – unidades habitacionais – em contraposição a 670 remoções. Essa medida se justifica a medida que algumas edificações removidas são identificadas como de uso multifamiliar. Assim, destinase a esse grupo, mais de uma unidade habitacional. ‘A implantação das unidades habitacionais – na realidade, edificações de uso misto – serão articuladas de forma a gerar pontos de inflexão urbana como propulsores de urbanidade. A premissa aqui, é a sutura do tecido urbano do entorno e conexões internas – com as estruturas de mobilidade alternativas – e com os pontos nodais estabelecidos. Seguindo as características topográficas do local, as edificações serão implantadas de forma transversal ao terreno, e perpendicular ao corredor verde, o que facilitará a legibilidade da proposta, bem como a interlocução entre as estruturas verticais e horizontais de mobilidade (elevadores, passarelas e estruturas elevadas), que serão implementadas a partir das extremidades dessas edificações. Essa conformação, busca viabilizar, ainda, a interlocução entre a corredor de mobilidade central – edificado sobre a faixa de alta tensão da CEMIG – e as edificações, à medida que a tangência entre a faixa e a unidade habitacional se torna menor.



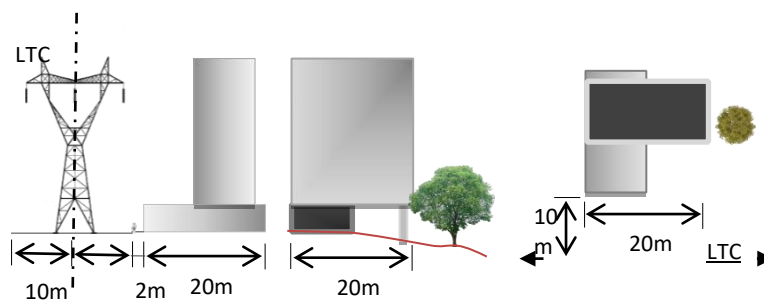
Figura 05: Mapeamento da proposta



Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

A via a ser implementada – conectando os polos Leste/Oeste do Aglomerado – foi dimensionada, a partir da análise do fluxo veicular no interior do complexo. Dessa forma, optou-se pela adoção da via de caráter local, com leito carroçável de sete metros.

Figura 06: Estudo volumétrico



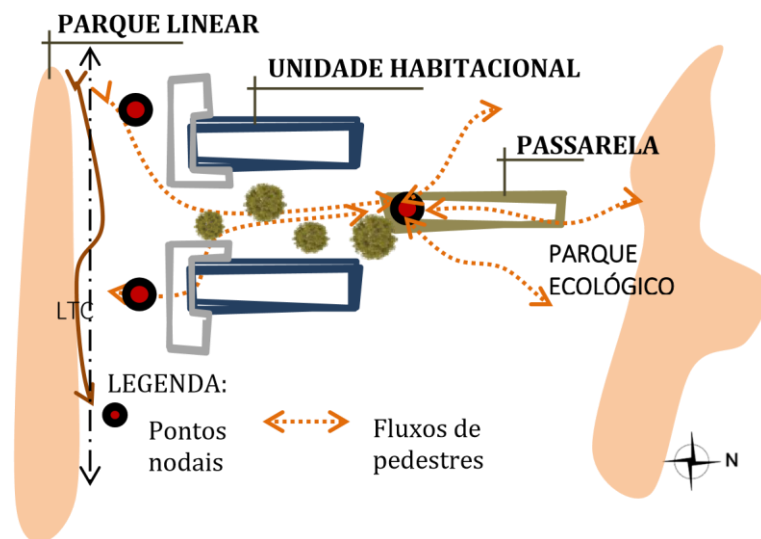
Fonte: Acervo pessoal, 2018 (Estudo aproximado de volumetria).

4.2.1 FLUXOGRAMA

Em relação à distribuição de fluxos no interior do Aglomerado, a proposta atua a partir da premissa de interlocução entre os espaços, conformando pontos de encontro, portas urbanas, e uma maior interação do usuário com o entorno, como um todo.

Através dessa conformação espacial, busca-se transformar a experiência do morador sob a perspectiva da mobilidade, dos espaços públicos de convívio e preservação e da paisagem da favela.

Figura 07: hipótese de fluxograma

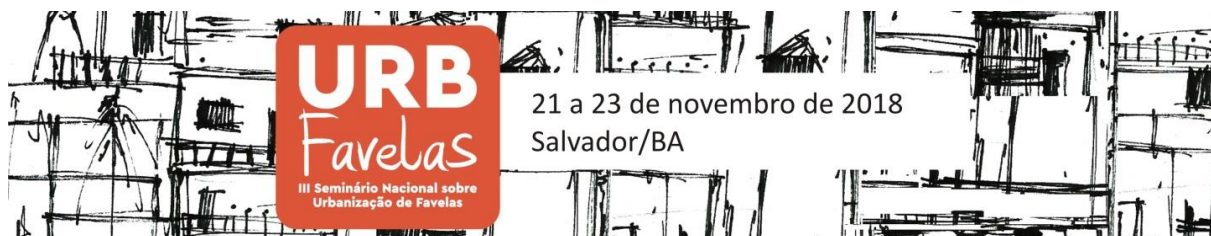


Fonte: Arquivo pessoal, 2018 (Estudo de fluxos no Aglomerado).

5 ESTRATÉGIAS DE PROJETO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A metodologia utilizada para a formulação da nova proposta, baseou-se numa dimensão prática e comportamental inserida nesse tipo de espaço. Visa-se a inserção do projeto na realidade cotidiana do morador do Aglomerado Morro das Pedras.

A partir das reflexões acerca do espaço da favela, e de suas reais necessidades, visa-se a requalificação urbana na tentativa de equacionar-se o acesso à qualidade de vida urbana, bem como a potencialização da identidade local. Assim, as novas propostas de intervenção urbana e arquitetônica, partem do preceito de reestruturação do sistema de referências, de tal forma que a integração física e social do local seja potencializada. Tais medidas objetivam a superação de barreiras culturais e históricas que conformam a insegurança social e excludência



desses espaços frente à cidade formal. Vale ressaltar, entretanto, que os processos aqui descritos visam a potencialização das identidades locais, e não a destruição desse sistema de referências.

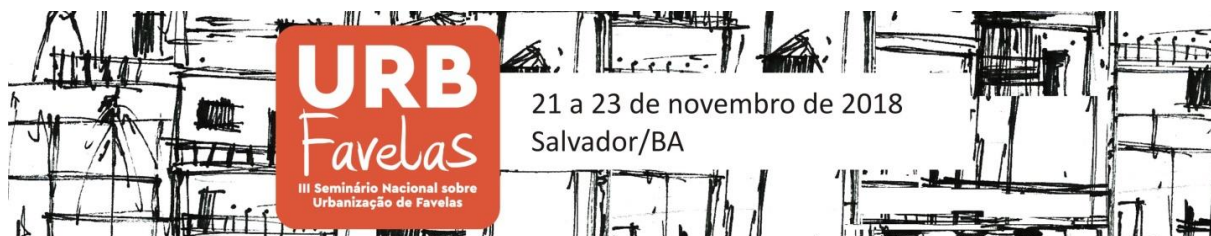
A partir do estudo aqui aferido, e revisão teórica relacionada à trajetória das políticas públicas no âmbito da intervenção urbana em assentamentos precários e da produção habitacional no Brasil, bem como o levantamento de dados específicos sobre a política habitacional e urbana refletida no contexto da cidade de Belo Horizonte, foi possível desenvolver uma nova proposta a partir de diretrizes e parâmetros também resultantes do estudo de caso. O referencial empírico – estudo de obras análogas e estudo de caso – acresceram, ainda, no que tange ao desenvolvimento da proposta a partir de uma análise sistematizada das experiências adquiridas nos processos de urbanização apresentados, a partir da década de 90, até os dias atuais.

A proposta – que não busca apresentar uma solução definitiva para o problema da habitação social e da intervenção urbana em assentamentos subnormais – cumpre seus objetivos, ao se consolidar de forma inovadora – se comparada às ações implementadas na região, até aqui – e apresenta opções diferenciadas para a promoção da qualidade de vida urbana em espaços favelizados, a partir de um sólido dimensionamento das características socioambientais do Aglomerado, centrada em uma escala voltada para a realidade da vila, ao desenvolvimento local e humano do lugar.

A necessidade de reformulação da proposta apresentada pelo programa objeto de estudo, se manifesta à medida que o estudo de caso se desenvolve, e aponta as principais falhas e desafios do programa, sob uma ótica do poder público e da comunidade alcançada.

Ressalta-se que o modelo é apresentado não apenas em contraposição à proposta executada na região, mas de forma a completá-la a partir das experiências relevantes observadas a partir de sua implementação.

Acredita-se, que se faz necessária a reformulação da abordagem dos programas de intervenção em espaços marginalizados, e que a partir da discussão exploratória e experimental é que essas soluções se conformam, aos poucos, numa visão pluralista.



REFERÊNCIAS

BAENINGER, Rosana. **População e Cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais.** 2010. Campinas: Núcleo de Estudos de População: Unicamp. Brasília, 2010.

BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil.*

BRASIL, Ministério das Cidades. *Reabilitação Urbana com foco em áreas centrais: um breve histórico do planejamento urbano no Brasil. Programa nacional de Capacitação das Cidades,* 2018. 11p.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi.** São Paulo, Cia das Letras, 1987.

CASTRO, Alice; LOTT, Wanessa. *Desafios da urbanização de aglomerados subnormais: estudo de caso do programa Vila Viva em Belo Horizonte/MG. Revista de iniciação Científica do Centro Universitário Newton, Minas Gerais,* 2017. 26p.

ENGELS, Friedrich. **O Problema da Habitação.** Tradução Antônio Pescada. São Paulo: Estampa, (sd). Original de 1887.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Censo demográfico 2010. Aglomerados Subnormais. Primeiros resultados, 2011.* Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade.** 2. Ed. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LYNCH, Kevin: **A imagem da cidade.** 3ª edição. 2011.

MOTTA, Luana Dias. **A normatização da limpeza e da beleza no Aglomerado do Morro das Pedras-BH: estratégias legais, políticas e discursivas para implementação do Programa Vila Viva.** Monografia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. UFMG, 2009. 146p.

MCGUIRK. **Radical cities: acrosslatinamerica in searchof a new architecture.** 2015.

SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO DE SÃO PAULO. **Sustentabilidade e inovação na habitação popular: o desafio de propor modelos eficientes de moradia.** Governo do Estado de São Paulo. São Paulo, 2010.

URBEL. **PGE Morro das Pedras/Vila Pantanal,** Vol. Resumo, 2004. 56p.

VERA, Souza Lima. **Elaboração do PGE.** Belo Horizonte: Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL), 2017. Entrevista concedida à Alice Medeiros Castro.